

Kizomba

10 anos de luta no movimento estudantil – Valeu Zumbi!

O convite à festa das nossas lutas celebra seus 10 anos. Renovamos o convite aqueles e àquelas que dedicam parte importante das suas vidas em defesa de um mundo igualitário, sem exploração, sem machismo, racismo ou homofobia. Em lugar de *paralisia*, queremos *movimento*, no qual os sonhos e as lutas caminhem juntos rumo ao socialismo democrático.

Como fazemos há 10 anos apresentamos a primeira versão da nossa tese, escrita por várias mãos, que será discutida, alterada e sintetizada por meio de debates em todas as regiões do país. Isto, portanto, é um convite para que suas mãos contribuam também para a nossa formulação coletiva. Em tempos de *individualismo*, as ações *coletivas* contribuem para construir uma cultura política diferente.

Trazemos aqui não apenas a luta por uma universidade democrática e emancipadora, mas também por uma sociedade socialista que caminhe para um mundo justo e fraterno. Pensar nosso projeto de universidade exige saber que tipo de sociedade queremos construir.

A Nova Cultura Política que sempre afirmamos ser necessária deve privilegiar a construção coletiva, a democracia, a participação, reafirmando que somos militantes de esquerda, socialistas e internacionalistas. Isso significa dizer que somos construtores e construtoras do Fórum Social Mundial, da Marcha Mundial das Mulheres, da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), e que temos nossa atuação cotidiana pautada pela construção desta nova sociedade.

A UNE é um desses instrumentos de luta por outra sociedade e a principal ferramenta do movimento estudantil brasileiro. Democratizá-la e torná-la mais combativa é um passo fundamental. Para isso é preciso mudar também as práticas e os valores do movimento estudantil em todos os espaços, desde o Centro Acadêmico até a organização dos nossos encontros e atos públicos. Disputamos não apenas a direção da UNE, mas uma nova forma de fazer política.

Um tempo de possibilidades

Vivemos tempos mais democráticos. Não podemos confundir os tempos da ofensiva neoliberal, da expansão e fortalecimento do setor privado, do sucateamento da universidade pública, com nossa atualidade. A pressão da UNE, aproveitando um contexto favorável à ofensiva dos movimentos sociais e populares na América Latina e no Brasil, resultou em mais educação pública. Mas ainda há muito para ser superado da destruição causada pelo período neoliberal. Para isso precisamos ter capacidade de formulação e de luta política. As forças reacionárias ainda estão vivas na sociedade e na universidade, e, por isso, é central que a construção de nossas sínteses políticas apontem

para uma plataforma de luta dos estudantes. Nós queremos fazer história, construir a unidade com quem quer influir nos rumos das nossas vidas.

Para a Kizomba a Reforma Universitária da UNE deve ter em vista a construção de uma universidade ligada a um projeto de nação, que deve ser de todas as cores e raças, popular e democrática, sendo parte da superação das opressões, do machismo, da homofobia, do racismo, ecologicamente correta, uma reforma anticolonialista, anticapitalista, que busque ser socialmente referenciada.

Essas transformações só serão possíveis com um Nova Cultura Política dentro e fora dos muros da universidade e com mudanças na política econômica. Reivindicamos o fortalecimento do tripé ensino – pesquisa – extensão para termos uma universidade que cumpra seu papel social.

Nós, do movimento Kizomba buscamos através destas páginas apresentar nossas contribuições para a construção de uma reforma universitária dos estudantes, que seja elaborada com os demais movimentos sociais e que aponte novas perspectivas para a educação em nosso país. Acreditamos que as propostas para a Universidade que queremos deve ser instrumento de luta e patrimônio dos estudantes e não apenas de um grupo político.

Alguma coisa está fora da ordem mundial

Desde o fim dos anos 90, assistimos a retomada de movimentos anti-capitalistas, que teimam em questionar a ordem mundial vigente. Através do Fórum Social Mundial, movimentos sociais, redes, organizações não governamentais e partidos de esquerda de todo o mundo vêm construindo convergências concretas, articuladas por uma agenda que contesta a globalização neoliberal, sob a afirmação de que Outro Mundo é Possível.

Hoje, é cada vez mais urgente afirmar qual é esse outro mundo, sobretudo porque assistimos a eclosão, de uma só vez, das crises econômica, financeira, climática e alimentar. Se de um lado, os capitalistas têm lucrado, através de especulações de todo o tipo, com a crise por eles causada, de outro, é necessário avançar numa agenda política capaz de recolocar o debate sobre qual futuro queremos pra humanidade, sendo insuficiente apenas afirmar a emergência de outro mundo. É preciso saber aproveitar o cenário de fragilidade dos organismos multilaterais e da governança global e avançar numa ampla unidade de movimentos de esquerda de todo o mundo, na perspectiva de construirmos alternativas reais e à esquerda.

Na América Latina, em particular, assistimos a retomada de processos políticos capazes de questionar de maneira mais contundente a ordem mundial, embora os contornos desse movimento ainda estejam em disputa. Depois de quase duzentos anos de “independência” das nações latino-americanas, nunca vivemos uma conjuntura tão favorável na nossa região, historicamente marcada pelas mazelas do ávido desenvolvimento capitalista, pelo domínio das elites e pela submissão ao capital financeiro internacional.

A crise de legitimidade do projeto neoliberal fez emergir um novo cenário no nosso continente, que se expressa pela recomposição de um campo social e político de diversos movimentos e ativistas, mas principalmente, por vitórias populares e democráticas, iniciadas com a eleição de Chávez em 1998 e alavancadas com a eleição de Lula em 2002, possibilitando um novo cenário, com grande potencial emancipador, que vem do acúmulo da Revolução Cubana e da experiência chilena com Salvador Allende.

As novidades do processo atual acontecem em vários países latino-americanos ao mesmo tempo e envolvem algumas das principais economias da região como Brasil, Argentina e Venezuela. Além disso, suas forças motrizes - governos, partidos e movimentos sociais - compartilham de um campo político em comum, que já logrou resultados concretos como a derrocada da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e a construção de uma agenda de Integração Regional, que, todavia, permanece em disputa. Os movimentos sociais têm construído iniciativas para pensar alternativas de integração, baseadas nos princípios da cooperação e da solidariedade e o movimento estudantil deve ser protagonista desse processo.

Há quase quarenta anos da publicação de *As Veias Abertas da América Latina*, onde Galeano se esvai em linhas e entrelinhas sobre a perda da soberania, o empobrecimento, o fim da autonomia da região, podemos dizer que a tormenta neoliberal já se abala frente a coragem, audácia e desejo de nossos povos. Ainda há muito que mudar e pelo que lutar. Nossas veias continuam abertas, sim, mas abertas também a desafios, mudanças, revoluções socialistas.

Brasil - muitas lutas em 2009

Uma das marcas importantes de 2009 será a crise financeira que estourou em 2008 e deve se prolongar por um bom tempo ainda. Certamente, essa crise interferirá nas lutas do movimento social. A crise estourou nos EUA, a partir do financiamento imobiliário, e logo se expandiu para outros países, para outras áreas da economia, e já chega ao setor produtivo. As conseqüências mais sensíveis devem uma alta nos preços de produtos básicos (*commodities*), que se acentua, no caso de alimentos, a redução do crescimento e a inflação.

Para nós, também importa, já que estaremos, outra vez, imersos numa dura disputa. Há aqueles que se concentrarão em torno das teses de redução de “gastos sociais” e mais medidas conservadoras para conter a crise. Essa crise terá impactos menos pesados sobre o Brasil do que terá sobre outros países, pois o país não reza mais pelo ideário neoliberal hegemônico no período anterior. Isso permitiu que o país fortalecesse sua economia podendo enfrentar essa crise com menos vulnerabilidade.

Certamente, entre as possibilidades de saída, muitas se referirão ao atual estágio da globalização capitalista que conhecemos. **Para superar este momento o ME precisa estar organizado para engrossar um dos lados dessa disputa de agenda que se colocará: o lado que quer que as teses da esquerda saiam fortalecidas dessa crise.**

Para construir uma nova correlação de forças na sociedade brasileira

Há que se registrar a correta opção encaminhada pela UNE de organizar a disputa do Governo Lula. As posições contrárias a isso foram jogadas ao isolamento e têm espaço político reduzido entre os lutadores sociais. Disputar o Governo Lula, guarda a autonomia da entidade e ainda sem prejuízos a um olhar crítico sobre muitas áreas, nos permitindo conquistar avanços importantes para a educação brasileira, para a universidade e para o país. Estamos num patamar mais favorável para lutar pela ampliação de direitos. Não vamos baixar o tom da luta, pelo contrário: temos que seguir mobilizados(as) para avançar muito mais.

Por isso que a UNE, em seu projeto de reforma universitária, a ser aprovado neste CONEB, deve apresentar uma proposta de reformulação do modelo de universidade, indo no sentido de democratizar o seu acesso e sua gestão, fortalecendo a graduação, aumentando o investimento para a permanência dos estudantes e modificando a lógica da produção acadêmica que encontramos nos cursos de pós-graduação.

Nesta conjuntura, em que temos a perspectiva de mudanças reais no ensino superior brasileiro, a UNE deve pautar a sua atuação em 2 eixos: formulação e mobilização. A formulação de um projeto transformador da universidade se torna essencial para apresentarmos uma alternativa ao que está colocado, contudo, sabemos que enfrentaremos forte oposição dos setores mais conservadores da universidade e daqueles que lucram com o ensino. Assim devemos ter a capacidade de mobilizar e de ocupar as ruas para que este projeto seja implementado de fato.

Alguns temas da conjuntura são estratégicos para nós. São oportunidades que o movimento social organizado precisa construir para se fortalecer e alterar a correlação de forças na sociedade brasileira hoje, abrindo espaço para a realização de necessárias transformações.

- **REFORMA POLÍTICA:** o ME deve defender uma reforma política que combata os vícios que o sistema político-eleitoral brasileiro segue sustentando. Para isso, o Congresso Nacional deve convocar uma Constituinte exclusiva para esse fim, entendendo que um poder não pode se auto-reformar em condições triviais. A reforma política deverá estabelecer mecanismos de combate ao clientelismo e à corrupção, bem como fortalecer a disputa político-ideológica contra a compra de votos e do coronelismo, por exemplo. Isso se concretiza com o financiamento público de campanhas, combinado com o voto em lista partidária (não mais voto nominal para o parlamento).
- **DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES:** Uma sociedade verdadeiramente democrática deve garantir o direito à comunicação. Incentivar e regularizar as rádios comunitárias em vez de criminalizá-las; enfrentar a formação de grandes monopólios; e estabelecer o controle público dos meios de comunicação de massa – garantindo o caráter público das concessões de rádio e TV – são aspectos fundamentais para a consolidação da democracia brasileira.
- **PARTICIPAÇÃO POPULAR:** A criação e fortalecimento de instrumentos de democratização da gestão é essencial para o fortalecimento das lutas populares. Através da participação popular, o governo devolve a soberania para o povo que o elegeu, destacando-o como seu interlocutor na construção das políticas e se valendo de outro modelo de governabilidade, assentado em valores democráticos.

- **COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (CMS):** Pela dimensão da luta política que se avizinha, o ME precisa estar fortalecido e profundamente enraizado. Assim, articulado com outros movimentos a partir da CMS, afinar o coro dos descontentes e trabalhar para que o resultado final desta batalha atual seja de vitória dos que lutam e sonham.

UNE: 70 Anos de Luta pela Reforma na Universidade Brasileira

A universidade no Brasil, desde sua fundação, sempre esteve intimamente ligada ao projeto das elites brasileiras. Durante os 70 anos de sua história a UNE sempre teve como pauta central a luta pela reforma universitária.

No início da década de 60, com o grande movimento pelas reformas de base na nossa sociedade, a UNE não deixou de fazer o debate, organizando durante esse período três seminários sobre a reforma universitária. Nesses seminários, ficou nítida a opção dos estudantes em debater não só os problemas internos da universidade, como também seu papel na sociedade. Resoluções aprovadas questionavam a estrutura das universidades e colocavam a necessidade de seu projeto ter como horizonte a superação dos problemas nacionais.

O processo de reforma no ensino exige um papel protagonista das entidades estudantis. Deve afirmar a participação ativa dos estudantes nos espaços educativos, que devem ser parte da formulação das políticas públicas de educação e na vida cotidiana das escolas e universidades. **Por isso, a UNE tem como tarefa central a formulação de um projeto de educação que tenha a capacidade de mobilizar os estudantes e a sociedade para a transformação do ensino superior brasileiro.**

Universidade: Democratizar Sim, Privatizar Não!!

Durante a década de 90 as universidades federais foram submetidas à política neoliberal, principalmente no governo FHC, em que imperou a lógica do desmonte e da privatização da educação pública. O resultado dessas políticas foi o total abandono do ensino de graduação público devido ao seu sucateamento e às gestões autoritárias no interior das universidades, legitimadas pelo governo federal.

A combinação desses dois fatores resultou na valorização dos cursos de pós-graduação, que atendiam as demandas do mercado, em detrimento do ensino de graduação e do incentivo às pesquisas voltadas para os interesses da maioria da população. A dura realidade das universidades públicas e a flexibilização do MEC na fiscalização da abertura de universidades privadas permitiram que o ensino privado proliferasse sem o menor controle de sua qualidade. Para se ter uma idéia, até o final da década de 80, 60% das vagas nas universidades eram oferecidas pelas instituições públicas. Entretanto, ao fim da década de 90, apenas 30% destas eram oferecidas por estas instituições.

O resultado dessas políticas foi a falta de legitimidade das universidades federais com o conjunto da sociedade. Pois, além de excluir a maioria da população do ensino superior público, gratuito e de qualidade, a sua produção acadêmica em nada atendia as necessidades da grande maioria da sociedade brasileira.

A eleição do Lula em 2002 foi marcada por grandes expectativas diante de mudanças na política educacional. Podemos constatar que esse Governo representa uma *transição do paradigma neoliberal*, tanto no âmbito dos investimentos (com a ampliação da contratação de professores e funcionários, com o aumento de salários das categorias ligadas à educação, etc), quanto no âmbito da concepção e visão da educação.

No decorrer do primeiro Governo Lula (2002-2006), houve a tentativa de realização de uma *Reforma Universitária*, que buscava repensar a concepção de universidade que tínhamos até então. O projeto apresentado à comunidade universitária e a toda sociedade foi o *PL 7.200*, que trouxe consigo uma série de avanços na tentativa de regulamentação do ensino superior privado e no aumento do financiamento para as universidades federais. Muitos destes avanços não foram concretizados devido à oposição que o PL sofreu no Congresso Nacional – muitos deputados são da “bancada” de donos de instituições privadas. Sendo assim a pressão dos setores conservadores acabaram por prevalecer. Convém destacar, entretanto, que alguns elementos deste projeto, como, por exemplo, as *cotas*, apesar da resistência de diversos setores da sociedade, já estão em vigor nas universidades, representando uma possibilidade concreta de democratização do ensino superior. Atualmente, o *PL 7.200* continua tramitando no Congresso, mas deixou de ser a prioridade do Governo Federal para a política educacional neste segundo mandato.

Todos à Conferência Nacional de Educação

O governo está convocando para o próximo ano a Conferência Nacional de Educação, uma grande possibilidade de garantirmos diversas conquistas, no sentido de mudar o sistema de ensino.

A UNE terá a oportunidade de apresentar o seu projeto de reforma universitária, dialogando com os movimentos de educação e enfrentando aqueles que entendem a educação enquanto mercadoria.

Nesse sentido, torna-se mais do que necessário pressionarmos e disputarmos o projeto que queremos para mudar a educação, para que ele signifique não uma transição, mas, de fato, um rompimento com o paradigma neoliberal. Para que isso ocorra, temos como desafio:

- Luta pela derrubada dos vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação (PNE);
- Elevação dos investimentos em educação a 7% do PIB, tendo como objetivo estratégico alcançar o patamar de 11% do PIB;
- Extinção imediata da Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo que retira verbas da educação e de outras políticas sociais.

Ensino Privado

Nos últimos anos houve um crescimento vertiginoso no oferecimento do ensino superior privado, sobretudo durante o Governo FHC, onde o seu crescimento foi estimulado como política de governo.

Atualmente cerca de 70% das vagas oferecidas no ensino superior são no ensino pago. Entre os anos de 1996 a 2006 passamos de 711 instituições de ensino privado para 2.022, um crescimento de 65%.

O ensino pago em nosso país inicia na Reforma Universitária de 1968, períodos antidemocrático, resultado de acordo firmado entre MEC e USAID, agência americana de “ajuda” aos países desenvolvidos. Nos tempos autoritários o governo militar sustentou sua política educacional com as mãos de ferro da ditadura.

Hoje temos uma grande diversidade das privadas. São institutos, centros, faculdades, cursos, ensino a distância sem qualidade, muitas vezes de grupos estrangeiros, ou mesmo cursos oferecidos em shoppings, além das chamadas “faculdades de butecos”, que oferecem formação tecnicista, para a demanda de mercado, sem qualidade ou formação de um ser humano crítico, cidadão.

O Banco Mundial e o setor privado de todo o mundo já apontavam para o mercado lucrativo do ensino superior. A desnacionalização do ensino superior avança a longos passos. A abertura de capital das instituições de ensino na bolsa de valores tem aprofundado a mercantilização da educação e por consequência a perda da soberania nacional. Mais um mercado que está sendo explorado pelo capital.

Vemos aumentos constantes de mensalidades; ausência de democracia interna e de liberdade de organização das categorias da comunidade universitária, com repressão, perseguição, expulsões e demissões; não existência de pesquisa e extensão; ausência total de políticas de assistência estudantil; falta de cumprimento de direitos trabalhistas. Nesse último período acompanhamos estarecidos a iniciativa da Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), que lançou em novembro de 2008 um cadastro nacional ilegal, conhecido como Cineb (Cadastro de Informações dos Estudantes Brasileiros). Esse cadastro tem como objetivo impedir a matrícula de estudantes de estabelecimentos de ensino privado, que tiveram cheques sem fundos ou mesmo atrasos de mensalidades. Infelizmente, a lei de 1999, conhecida como "lei do calote", garante à escola a não-renovação da matrícula no mesmo estabelecimento em caso de inadimplência. Ou seja, o aluno tem direito de concluir o ano letivo naquela escola e precisa procurar outro estabelecimento de ensino no próximo período. De forma excludente, sem políticas para inadimplentes vemos a mercantilização da educação se aprofundar.

Além disso, a maioria das instituições privadas são faculdades que não desenvolvem pesquisa e extensão. Temos uma formação pela metade, que não tem como perspectiva o desenvolvimento sustentável do país, comprometida com a superação das desigualdades sociais.

Ao ME está colocado o desafio de organizar os estudantes das privadas. Hoje, mais da metade dos estudantes estão nas pagas. Tratam-se na sua maioria de trabalhadores que estudam e não estudantes que trabalham. É importante termos clareza que a universidade que queremos para uma nova sociedade só será possível com a combinação do ensino, pesquisa e extensão, que garanta formação para os docentes, plano de carreira, qualidade de ensino. **A universidade que queremos é incompatível com o lucro.**

É necessário resgatar a educação como direito das e dos cidadãos. A ilusão capitalista da busca de diploma como melhoria automática na qualidade de vida tem incentivado a busca pelo ensino superior. A questão é que muitos acabam seus cursos e estão desempregados, ou mesmo trabalham em outras áreas. Precisamos resgatar a luta pela garantia do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. Não podemos naturalizar o mercado como responsável pelo ensino superior.

É urgente que os movimentos de educação construam lutas conjuntas para enfrentar o poder político e econômico do ensino privado. Precisamos denunciar aqueles que hoje estão na Câmara e Senado sustentando a lógica do lucro no ensino superior. Por isso precisamos lutar por:

- Regulamentação do ensino privado;
- Federalização de universidades comunitárias e confessionais, principalmente com risco de falência;
- Orçamento Participativo nas universidades públicas e privadas;
- Contra a entrada de capital estrangeiro;
- Obrigatoriedade de políticas de Assistência Estudantil nas instituições privadas;
- Liberdade de organização dos estudantes, funcionários e professores;
- Avaliações internas;
- Contra os bacharelados interdisciplinares nas privadas;
- Criação de Fóruns Estaduais de Universidades Privadas, para que o movimento estudantil acompanhe e denuncie durante todo o ano os abusos das privadas, além de construir ações conjuntas que combatam esses abusos;
- Lutar pela aprovação de pontos avançados sobre a regulamentação, contida na Reforma Universitária (PL-7200), como a criação do conceito de função social do ensino superior, público e privado;
- Aprovação do PL de Mensalidades da UNE, que garante a abertura e justificativa dos aumentos de mensalidades 120 dias antes do período letivo, impossibilidade de aumento a cima da inflação e estabelecimento de regras que devem ser aplicadas retroativamente desde 95, abrindo possibilidade para a redução da mensalidade;

Concepção da Escola Única – Abaixo o BI!!

No final do ano de 2006, por iniciativa do reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com vários outros reitores de universidades federais e do Ministério da Educação, foi realizado o I Seminário Nacional da Universidade Nova (reestruturação da arquitetura acadêmica da educação superior no Brasil).

Este seminário produziu o Manifesto da Universidade Nova que tem sido objeto de vários debates, matérias na imprensa e que deverá estar presente no debate sobre os rumos do ensino superior público brasileiro. Devemos deixar nítido que este manifesto não faz parte do REUNI, logo o projeto de reestruturação acadêmica das universidades federais brasileiras, a ser encaminhado ao MEC, dependerá da luta política travada em cada instituição.

A “Universidade Nova” se constitui na introdução do Bacharelado Interdisciplinar (BI) em três anos, composto por “quatro componentes: (FG) formação geral obrigatória; (FD) formação diferencial – optativas; (FP) formação profissional; além de uma

seqüência de cursos-tronco (língua e cultura brasileira)”. Concluído o BI o jovem “poderá enfrentar o mundo do trabalho, com diploma de bacharel em área geral de conhecimento (Artes, Humanidades, Ciências, Tecnologias)” e caso deseje, poderá ter o prosseguimento de estudos: docência/licenciaturas mais 1 ou 2 anos; carreiras específicas mais 2 a 5 anos. Os excelentes poderão ir direto para a pós-graduação – mestrado profissionalizante ou mestrado. A presença da estrutura excludente da educação é mantida, já que o mestrado profissionalizante ocupa a função da escola profissionalizante de ensino médio, e os que realmente deverão ocupar as altas hierarquias da sociedade, seguem para o selecionado e restrito mundo da pesquisa.

Acreditamos que um projeto de reformulação da estrutura acadêmica nas universidades deve eliminar a dualidade que existe no ensino brasileiro, onde a formação está dividida entre aqueles que irão desempenhar um papel intelectual e aqueles que irão desempenhar um papel manual na sociedade. Defendemos a concepção da escola única, em que os conceitos e as habilidades práticas são entendidos como partes iguais no processo educacional. **A proposta de Universidade Nova, apresentada pelo reitor da UFBA, não só não combate essa visão dual como aprofunda esta lógica que na prática serve para legitimar a sociedade capitalista e excludente atual.**

Pelo Fim dos Departamentos!!!

Acabar com a estrutura departamental significa entender o processo do ensino de forma interdisciplinar. Mais do que isso, aponta para uma mudança na concepção da construção do saber, fortalecendo a idéia de que esta deve ser democrática, onde as decisões acadêmicas e pedagógicas de um curso não devem ser apenas definidas pelos professores-doutores de uma determinada área de ensino, mas sim por todos os setores da comunidade universitária que compõem as áreas de saber compreendidas num curso. Para se ter uma idéia as reuniões departamentais, legalmente, não prevêm a participação de estudantes e técnicos administrativos.

Precisamos nos organizar em nossa universidade e **lutar pelo Fim dos Departamentos** como forma de democratizar a estrutura acadêmica e viabilizar de forma consistente a flexibilização curricular, no sentido de uma formação global e não especializada.

Por uma Pesquisa Socialmente Referenciada

Para que a universidade brasileira cumpra de fato com o seu papel de contribuir para o desenvolvimento do país, está precisa construir legitimidade com a maioria da nossa sociedade.

Com o REUNI o acesso nas universidades públicas aumentará de forma significativa. Porém o aumento do número de vagas deve ser acompanhado do aumento de financiamento nas instituições federais de ensino, para garantir a qualidade do ensino, permanência dos estudantes, e uma mudança na concepção da universidade atual. Queremos uma universidade que cumpra sua função social e que não reproduza os interesses das elites.

Para isso a graduação deve ter suas disposições curriculares e o financiamento necessário para exercer a pesquisa com a mesma qualidade que exerce o ensino. Dessa forma teremos as duas etapas do ensino conectadas, fazendo com que a pesquisa na universidade seja ampliada e o saber construído de forma ampla e não fragmentado.

A democratização da pós-graduação deve ser central na nossa pauta, com o aumento de suas vagas e com o fim do financiamento privado para a sua produção. Não faz nenhum sentido a manutenção do pequeno número de vagas oferecidas pelos cursos de pós-graduação *strictu sensus*.

Somente assim podemos lutar contra a privatização da função da universidade de desenvolver conhecimento público. **Não podemos aceitar que a maioria das pesquisas, feitas nas universidades públicas, sejam voltadas para atender as demandas do mercado e não da maioria da população brasileira.** Por isso propomos:

- Ampliação de vagas nos cursos de pós-graduação;
- Financiamento exclusivamente público para a pesquisa;
- Controle da comunidade universitária e das agências públicas de financiamento sobre as pesquisas desenvolvidas.

Por uma Extensão Universitária Libertária, Democrática e Popular!

A extensão universitária se constitui, atualmente, na principal via de mão dupla que dá acesso aos interesses sociais e que, se estiver articulada com os diversos movimentos sociais poderá ser o grande movimento de mudança e de transição para a universidade que queremos.

Durante um significativo período, a extensão universitária esteve voltada para a produção mercadológica, sem atuar num projeto político educacional que garantisse a articulação da universidade com os interesses das classes populares. Nos anos 30, com a implementação do tecnicismo na educação e depois nos anos 60, com a ditadura militar, esse projeto de Universidade se expandiu e as experiências de extensão universitária que articulavam ensino superior com interesses mercadológicos acabaram por produzir conhecimento para o setor privado, deixando de lado os interesses sociais da classe trabalhadora.

Nos anos 90, as universidades vivenciaram um intenso desmonte preconizado pela falta de investimentos na educação e pela inexistência de democracia nos espaços de ensino superior, convergindo para um gerenciamento conservador que acabava por privatizar a universidade pública no Brasil. Neste período, houve a proliferação de universidades privadas e da prática de uma extensão assistencialista que não propunha a disputa de novos rumos da universidade pública.

Atualmente, vivenciamos um cenário singular na educação superior que é a sua expansão, deixando a extensão universitária mais próxima dos movimentos sociais e articulando o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. No entanto, precisamos avançar no método democrático participativo e para isto precisamos de uma extensão

universitária que dialogue com novas perspectivas econômicas e que oriente novas relações entre homens e mulheres, bem como, outras relações com o meio ambiente.

Isto significa que outra extensão universitária deve estar balizada na subversão das investidas conservadoras que procuram criminalizar as utopias libertárias, em diversas partes do conjunto das categorias profissionais, comunidades, grupos étnicos, feministas, ambientalistas, defensores da livre orientação sexual, etc. Portanto, precisamos construir, a partir do protagonismo popular, as bases de um projeto de sociedade nos quais os ideais de justiça e humanismo prevaleçam sobre o lucro.

Para tornarmos isto uma realidade concreta, precisamos ir além do debate isolado sobre que extensão universitária queremos. Precisamos aprofundar o diálogo a respeito da produção acadêmica nas instituições de ensino superiores, que vem atuando numa lógica de mercado e reproduzindo a segregação social, bem como, os desmantelamentos ambientais, os preconceitos de gênero, etnicidade e classe.

Compreendemos a Extensão universitária como um espaço onde as práticas acadêmicas interagem, diretamente com a realidade objetiva, implementando e gerando políticas públicas em benefício da sociedade, dialogando com o conjunto dos movimentos sociais e praticando a interdisciplinaridade dos conhecimentos. Estaremos dando forma à outra estrutura universitária, diferente da atual, que é departamentalizada e que funciona de maneira isolada dos interesses da classe trabalhadora.

Desta forma, precisamos ter a firme convicção de que ressignificar as ações de formação de profissionais, produção de ciência e tecnologia nas universidades, e até mesmo a própria gestão das universidades, principalmente, através da construção de metodologias de gestão e ensino alternativas, articuladas a arte, a cultura e a economia popular expressam a construção da raiz política do projeto de sociedade pós-capitalista, baseado numa educação que pode e deve ser uma atividade libertadora dos indivíduos e transformadora da sociedade.

Contra as fundações privadas! Por controle público. Auditoria Pública nas Fundações Já!

A pauta das Fundações de Apoio não é novidade para o movimento estudantil brasileiro. Desde a década de 90 estas instituições cumprem o papel de captar financiamento, especialmente privado, para as instituições.

No último período, apresentamos pautas urgentes para o fortalecimento da universidade pública: por uma legislação que combata as fundações privadas e que garanta uma nova regulamentação para as fundações de apoio, a fim de efetivar o controle público sobre as mesmas, tanto por parte da comunidade acadêmica, como por parte do Poder Público. Exigimos também auditoria pública nas fundações de apoio em todo o país. Reivindicamos mais verbas para o ensino público, a fim de garantir a estrutura necessária à qualidade de ensino e à expansão do acesso ao ensino superior público com verbas públicas.

Democratização da Universidade

Democratizar a universidade significa, antes de tudo, reconstruir o modelo de ensino superior brasileiro.

Antes de qualquer debate devemos nos perguntar: por que fazemos um curso superior? Se levarmos essa pergunta a grande massa de estudantes universitários ou aqueles que gostariam de estar nos bancos do ensino superior a resposta que encontraremos provavelmente será: "para garantia de melhores salários, ou melhores empregos, ou melhores condições de vida". Invariavelmente a resposta estará dentro de um contexto onde o estudante quer ser patrão de alguém. O pensamento sobre o porquê do ensino superior, bem como a sua organização, continua na lógica da formação de uma elite (intelectual ou mandatária) que dominaria os setores menos "educados" da sociedade.

Universidade para que(m)?

O modelo educacional brasileiro é propedêutico (LDB), ou seja, a principal função é preparar o estudante para os conhecimentos e habilidades exigidos para a série seguinte. No ensino superior, as grades curriculares em sua maioria, são construídas para que exista uma assimilação crescente de habilidades para o exercício da profissão.

Queremos frisar aqui o uso da palavra profissão. Sim, pois desde o começo do curso há uma pressão para que se veja conteúdos "úteis" a carreira escolhida.

É inconcebível que passados 8 anos do século XXI, com a globalização da informação inundando a vida das pessoas, nosso modelo de ensino superior continue preso ao modelo fordista do começo do século passado. Esse é o paradigma que deve ser vencido. Os cursos de humanas não contemplam disciplinas científicas, esses por sua vez não abordam as humanidades. Os cursos de saúde conseguem localizar problemas minúsculos no paciente, mas seus alunos não são incentivados a, ao menos, saber o nome desse paciente.

O movimento estudantil deve voltar a defender, com toda a força, um sistema educacional calcado no tripé técnico-científico-humanista. Queremos antes de tudo melhores pessoas e não apenas melhores profissionais.

Quero decidir por inteiro

Como é possível lutar pela democratização da universidade sem mudar a forma de representação das várias categorias docentes, democratizando a representação estudantil de 1/10 para 1/3? Papel básico na luta pela democratização da universidade cabe não só às Associações dos Docentes Universitários como também a todas as organizações estudantis a nível de institutos, universidade que, desatreladas da burocracia estatal "tomem a palavra".

(Maurício Tragtenberg 1980)

Parece-nos claro, hoje, passados 28 anos, que somente o direito ao voto não significa mais democracia. Sabemos que os Conselhos Universitários estão longe de serem espaços de debate legítimo, pois neles não há garantia de participação, nem de número de membros, nem possibilidade de discussão sobre os temas. Na maioria das universidades públicas tanto os fóruns deliberativos, como os conselhos universitários, quanto às eleições para reitores e coordenadores de cursos tem a representação obrigatória de 70% para os professores. Essa porcentagem legitimada pela Lei de

Diretrizes e Bases da Educação. Isso significa que a representação estudantil, muitas vezes, fica restrita à 10%. As eleições para reitor ainda são realizadas de forma indireta, através de uma consulta, onde o presidente da república empossa o candidato da sua escolha a partir de uma lista tríplice dos que receberam o maior número de votos.

A autonomia universitária praticada de forma plena e a construção democrática dos projetos elaborados nas instituições de ensino superior só se tornam possível se a tomada de decisão no seu interior for reflexo de mecanismos mais avançados de debate, que dêem conta de envolver todos os segmentos da comunidade universitária e a própria sociedade.

Por isso, de nada adianta um Conselho ser paritário se as reuniões são feitas em horários onde estudantes não podem participar devido à aula ou trabalho. A democracia é mais do que apenas poder opinar. É poder opinar com a certeza do que está falando. É poder decidir pela sua própria consciência. Para isso o movimento estudantil deve exigir que se construam formas de participação mais qualificadas como qualificação dos conselheiros e representantes, exigência de que as reuniões sejam em períodos onde ocorra ampla participação e mais importante, as entidades sejam assessorar tecnicamente para os enfrentamentos políticos desses conselhos, e não fazer o papel das pessoas que recebem bons salários para fazer isso na instituição.

Inibir a ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade, nos rumos da universidade, significa a continuidade de um projeto autoritário para a universidade que ataca a sua autonomia e a impede se engajar na solução dos grandes desafios nacionais.

Definir os investimentos uma possibilidade real

Tanto as universidades públicas, quanto as privadas, lidam com orçamentos. A primeira vinda dos governos, a segunda da mensalidade dos estudantes. Mas quem define onde esse dinheiro é investido? O movimento estudantil é muito ágil, e está certo, em cobrar melhorias na universidade, mas enquanto os orçamentos universitários forem ainda cofres extremamente lacrados e inacessíveis, limitaremos-nos a pedir de pires na mão, pequenas concessões.

Na lógica da construção de uma Nova Cultura Política temos a experiência da Universidade de Caxias do Sul (RS), em prática desde 2005, que busca mudar essa realidade. Essa experiência chama-se **Orçamento Universitário ou Orçamento Participativo Universitário**. O OU surgiu como uma forma dos estudantes opinarem sobre os grandes investimentos da instituição (Biblioteca, Laboratórios, Infraestrutura, Assistência Estudantil, Pesquisa e Extensão). Junto a isso são apresentados os investimentos feitos pela universidade, onde são gastos os recursos e de onde vem o dinheiro. Após os estudantes, reunidos por curso ou centros, eles decidem quais investimentos devem ser feitos em seu centro e na universidade. A partir dessas experiências podemos dizer que como o processo não é institucionalizado, não há obrigação da universidade em cumprir qualquer desses investimentos. Paradoxalmente hoje a taxa de realização é de quase 50% das demandas do OU. Ainda há uma dificuldade para a realização de obras mais emblemáticas, mas a solução de pequenas demandas, e que causam bastante diferença na vida das pessoas, tem sido contempladas.

A principal mudança que a democracia participativa traz é a consciência que se forma nas pessoas que participam do processo.

Para construir uma universidade realmente democrática propomos:

- Uma formação acadêmica calcada no ensino técnico-científico-humano;
- Exigência que o corpo técnico das instituições subsidie as discussões dos Conselhos;
- Realização do Orçamento Participativo Universitário nas universidades públicas e privadas;

100 Milhões por ano para Assistência Estudantil

Diversos estudantes são obrigados a abandonar seus estudos, pois não tem condições de pagar a alimentação, o transporte, a moradia, o xérox, entre outros gastos relacionados com a universidade. Daí, a necessidade da luta por uma verba específica para a assistência estudantil. O projeto de lei da Reforma Universitária (PL 7200) previu pela primeira vez uma verba específica para a assistência estudantil, com 9% de toda verba das universidades públicas vinculadas a essa política.

A UNE tem pressionado para que essa verba seja, ao menos, de 14%. Hoje a luta do ME é a garantia de 100 milhões por ano para investimento em assistência estudantil. Mas sabemos que para esse financiamento ser alcançado teremos que ser firmes na luta pela derrubada aos vetos ao PNE, que estabelece 7% do PIB para a educação, e pelo fim da DRU na educação.

Colada a expansão de vagas é fundamental termos a garantir da permanência. As taxas de retenção e evasão das instituições de ensino são bastante altas. Não podemos apenas expandir as vagas porque estaremos expandindo a evasão. A assistência estudantil deve ser entendida como política pública, que além de garantir a permanência, garanta também a formação completa do estudante.

Falamos da necessidade de políticas não apenas na rede pública, mas também na rede privada. Com o PROUNI, precisamos dar condições para que os estudantes tenham estrutura de continuar com seus cursos. A assistência estudantil é estratégica para a universidade cumpra seu papel social. Por isso propomos:

- Lutar por uma política de assistência estudantil nas instituições públicas e privadas, que garantam investimentos para a construção de moradias estudantis, escolas infantis ou creches, restaurantes universitários, bolsas de estudo, etc;
- Garantia de acesso e permanência aos portadores de necessidades especiais;
- Passe livre para garantia de transporte para os estudantes.

Reserva de Vagas

Neste final do ano de 2008 foi aprovado o Projeto de Lei 73/99 que prevê reserva de vagas de 50% para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em

escolas públicas. O projeto prevê que metade das vagas serão destinadas a estudantes com renda per capita de até 1,5 salários mínimos e a outra metade preenchida por estudantes negros, pardos ou indígenas (pela proporção que cada etnia apresenta na população de seu estado). Essa política também passa a valer para as escolas técnicas federais.

Certamente, a aprovação de PL, além de ser uma reparação histórica com grupos historicamente excluídos e oprimidos socialmente, muitas vezes com o aval teórico da universidade, é também uma forma de combater o elitismo da universidade, um dos componentes da perda de sua legitimidade. Por mais que entendamos como positiva, é importante não perdermos de vista que falamos de uma política transitória, compensatória. O ensino superior tem sido privilégio de poucos, e essa realidade que queremos mudar radicalmente. Em um horizonte ideal falamos do final da reserva de vagas, com gratuidade e obrigatoriedade da educação em 12 anos, incluindo o ensino médio, com investimento público no ensino médio e superior, público e de qualidade.

Assistência Estudantil nas Universidades Pagas

Financiamento Estudantil – FIES

O FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) é um programa que surge em 1999 em substituição ao Crédito Educativo. Tanto um quanto o outro programa nasceram com a intenção de proporcionar um financiamento aos estudantes do ensino superior das instituições privadas.

Para o Estado essas políticas se sustentaram porque seriam mais "baratas". Financiar o estudante em uma instituição privada conta mais do que numa pública. Ainda por cima, os valores retornariam aos cofres do governo. Essa lógica caiu por terra com o passar dos anos. No seu início, como Crédito Educativo, a inflação corroía os valores a tal ponto que, passados um ou dois anos da formatura o valor a ser pago pelos estudantes era insignificante. A correção disso veio com a instituição de uma correção monetária e juros mais próximos ao mercado. Isso gerou de imediato uma altíssima taxa de inadimplência. Os juros e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho fazem com que os estudantes não consigam pagar o financiamento. Hoje os valores do FIES não são mais "repassados" as instituições de ensino. Elas podem abater do INSS recolhido do trabalho ou de dívidas com o INSS. Em 2008 o MEC institui uma série de mudanças que ampliam o acesso ao FIES. O Financiamento passa a ser integral, os estudantes do PROUNI podem financiar o valor da bolsa parcial e existe a possibilidade do fiador solidário.

De 2000 até hoje o FIES atendeu cerca de 300 mil estudantes. Em 2007, 1459 IES estavam cadastradas no programa e 47 mil estudantes assinaram contratos novos com o programa. Esse número vem caindo ano após ano, em 2005 foram 77 mil novos contratos e hoje, dos 90,3% dos estudantes com financiamento tem renda familiar *per capita* de 1 a 3 salários mínimos.

O movimento estudantil sempre foi muito crítico ao FIES, bem como ao Crédito Educativo. Esses programas transferem o problema da inadimplência para o Estado, além de ser (esse sim) uma transferência de recursos do poder público ao ensino privado. Quando não havia nem o PROUNI, nem o aumento de vagas no ensino público, o FIES era quase uma mal necessário. Atualmente ele é quase um contra censo entre as políticas de inclusão no ensino superior.

Uma das propostas do MEC ainda não em vigor é a possibilidade de pagamento do financiamento com o trabalho do estudante. Áreas que fossem consideradas prioritárias, ou essências para o Estado, poderiam receber, por um período, estudantes recém formados que trocariam horas trabalhadas por abatimento dos valores do financiamento (e ainda receberiam pelo seu trabalho). Consideramos que essa mudança com certeza caminha para um avanço na atual situação do FIES, mas nossa luta é para o fim de empréstimo para os estudantes e a ampliação do ensino público. Por isso defendemos:

- Transferência dos estudantes do Fies para o PROUNI;
- Renegociação das dívidas dos estudantes inadimplentes com o programa levando em conta o potencial de endividamento pessoal.

PROUNI

Quando de sua criação em 2004, o PROUNI foi alvo de duras críticas por parte do movimento estudantil. Mas hoje o Programa é uma realidade e responsável pela inclusão de camadas populares na universidade brasileira, mudando sua cara.

Desde 2005 já foram 430 mil bolsas distribuídas. Das 430 mil bolsas distribuídas, 300 mil, 70%, foram distribuídas para estudantes com renda familiar igual ou inferior a 1 salário mínimo e meio. Isto é, o movimento estudantil finalmente tem a condição de dialogar com as necessidades de um setor que historicamente esteve fora da universidade.

O MEC exige que 10% da receita anual das instituições que aderirem ao programa sejam aplicados na concessão de bolsas. Sem dúvida trata-se de um passo no sentido do controle público sobre os recursos públicos, algo que caminha na contramão do discurso sobre o aprofundamento do projeto neoliberal. Um grande problema é que a filantropia que as universidades comunitárias precisam provar, o PROUNI representa apenas 20% da sua receita bruta, ou seja, ele regulamenta uma parte da renúncia fiscal, e o restante continua fluindo para as IES privadas.

Uma vez que o discurso legitimador do repasse de verbas públicas para as instituições privadas é o de que elas cumprem uma função pública que o estado não consegue cumprir, temos que responder com a exigência de controle público sobre esse repasse. Essa reivindicação se torna ainda mais oportuna no momento em que o conceito de público-não estatal é colocado em evidência por importantes setores do ensino pago.

Precisamos também cobrar do Estado responsabilidade no oferecimento de vagas em universidades de qualidade, e não em faculdades, não comprometida com tripé ensino, pesquisa, extensão. O Estado é responsável pela qualidade de educação oferecida pelas bolsas do Programa, e por isso, não deve oferecê-las em instituições que só visam lucro.

Ainda que seja um programa que venha contribuindo para democratizar a educação superior, oferecendo possibilidades de estudos a pessoas que antes nunca tiveram a possibilidade de sonhar com a mesma, o PROUNI deve ser uma política datada, na medida em que objetivamos que todos tenham a possibilidade de estudar no ensino superior público.

A UNE precisa retomar sua luta dentro do PROUNI e não apenas se colocar numa defesa ufanista do programa. Enquanto movimento social precisa organizar uma agenda de reivindicações diante do PROUNI. Infelizmente os encontros dos estudantes prounistas nos estados não deram conta de organizar uma avaliação mais crítica do Programa e assim construir luta diante das deficiências dessa política. Pelo contrário, apenas apontam para os pontos positivos do Programa, perdendo a oportunidade de construir avanços dessa política.

O movimento estudantil deve ter capacidade de construir política a partir do elemento estrategicamente mais importante do programa, que é exatamente o caráter proletário do segmento atingido pelo benefício. Para cumprir função de movimento social a UNE deve estar construindo uma pauta que organize esse setor para a luta, como a da assistência estudantil, totalmente ausente nas privadas.

Transformar nossa intervenção política em apenas elogios ao programa é renunciar a disputa por hegemonia em um período de intensas disputas na educação superior brasileira. Acreditamos que este momento de crise do ensino privado deve ser encarado como uma oportunidade de superação do modelo pago. Para nós, as **instituições que aderirem ao programa devem ter:**

- Comissões paritárias da comunidade universitária para controle da totalidade das verbas repassadas pelo estado;
- Mais ofertas de vagas e, instituições com ociosidade superior a 10%;
- Auditorias públicas nas instituições que aderem ao PROUNI. O Estado não pode estabelecer parcerias com instituições comprometidas em sua probidade;
- Democratização das IES que aderem ao PROUNI; a universidade deve ter compromisso em realizar e ampliar sua democracia interna;
- Assistência estudantil obrigatória nas universidades que aderem ao Programa.
- Bolsas do PROUNI oferecidas em universidades que desenvolvam ensino, pesquisa e extensão, sem fins lucrativos.

Avaliação institucional

Para pensarmos a educação como central na superação das desigualdades sociais, precisamos de controle e supervisão do Estado sobre as instituições superiores, públicas e privadas. Os critérios de avaliação devem levar em conta a universidade que queremos, democrática, com responsabilidade social e emancipatória.

Sem dúvida, a criação da Lei 10.861/04 que instituiu o SINAES representou um avanço na avaliação institucional das instituições de ensino do país. Em 2001 tínhamos como modelo de avaliação conhecido como Provão. Na época o ME construiu um Plebiscito Nacional do Provão que tinha como objetivo questionar seus processos e sua política de avaliação. Naquela época a avaliação limitava-se às provas dos estudantes, realizadas

apenas no final do curso, criava ranqueamento entre as instituições, sem qualquer participação da comunidade acadêmica.

Hoje, o ENADE é a prova realizada pelos estudantes e parte do SINAES. Podemos apontar alguns avanços para o atual modelo. Hoje faz parte da avaliação a prova dos estudantes, a avaliação do quadro docente - titularidade, a estrutura da universidade, além da criação de conselhos internos e externos de avaliação e avaliação dos estudantes sobre seus currículos.

Por outro lado, temos a indefinição e não divulgação dos pesos de cada processo na divulgação dos resultados, a continuação da obrigatoriedade de sua realização, pois caso contrário o estudante não recebe seu diploma. Outra questão importante é que as instituições de ensino não estão constituindo suas comissões permanentes de avaliação (CPAs), pois elas tem se negado a se auto-avaliar e incluir os estudantes nesse processo. Além disso, é bastante corriqueiro nas instituições de ensino que farão o ENADE, ocorrer aulas de reforço, com revisão dos conteúdos. Essa prática acaba criando uma falsa avaliação dos cursos.

No CONAES – Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior a UNE possui quatro espaços. Através dele tem apresentado as demandas estudantis e conseguido avanços, para que ela não seja resumida ao ENADE, mas sim um sistema que dê conta de uma educação de qualidade, que cumpra seu papel social e conectada com as demandas regionais e locais.

Por uma Nova Cultura Política e Ambiental

A crise ambiental planetária tem diversas interfaces que nos demonstram que estamos enfrentando uma das piores crises do modelo capitalista, onde a natureza ao longo dos anos foi dissociada do ser humano, passando a ser objeto de exploração e consumo. Os diversos reflexos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais nos evidenciam que temos que dar um passo adiante e superar este modelo de desenvolvimento que não leva em conta as reais necessidades dos seres humanos e nem a capacidade regenerativa da terra, onde os recursos naturais são limitados e como tal precisam ser geridos de forma sustentável, igualitária e participativa.

A crescente consciência ambiental nos leva a adotar novas posturas, valores e princípios que estejam baseadas na construção de uma nova cultura de vida. O governo federal ao longo destes seis anos vem adotando políticas públicas que se contradizem, pois não conseguem assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas e das comunidades humanas.

A UNE e o movimento estudantil devem ter em suas bandeiras de lutas, a promoção de tecnologias limpas, a democratização dos recursos ambientais, o fim dos latifúndios e incentivo a programas de apoio a agricultura sustentável e familiar. Permitindo e incentivando que essas tecnologias produzidas nas Universidades auxiliem a sociedade na defesa do meio ambiente, no combate a miséria e as desigualdades sociais

fomentando programas de proteção a biodiversidade através do planejamento participativo.

A Kizomba e a Economia Alternativa

A Kizomba entende que a Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL), através das organizações de geração de trabalho e renda, se coloca como uma alternativa às relações sociais de produção capitalista. Possui como característica a democratização das decisões a respeito da produção, sendo essas decisões tomadas em assembléias, onde cada trabalhador ou trabalhadora é igual aos demais, possuindo todos e todas direito a um voto. Isto afirma a não hierarquização dos diferentes saberes sobre o trabalho e, dessa maneira, rompe com a idéia de que existiriam os competentes que planejarão a produção e aqueles(as) que, por não possuírem tal competência, seriam considerados meros executores. Todos os saberes têm igual valor, não havendo conhecimento maior ou melhor do que outros, como nas cooperativas tradicionais e "coopergatos".

Compreendemos que solidariedade e transparência nas ações também são características marcantes da Economia Popular Solidária, sendo fundamental o incentivo dado à participação política de cooperados e cooperadas. O individualismo é contraposto pela construção de uma cultura coletiva baseada na compreensão e respeito mútuo. Em um momento onde o capitalismo entra em crise e mostra sua face mais perversa, deve-se impulsionar a luta por empreendimentos alternativos, tornando-se parte da formação da contra hegemonia ao capitalismo. Enquanto militantes da Kizomba temos a convicção de que a Economia Popular Solidária, através de seus valores e ações, é um instrumento fundamental para a construção do socialismo democrático.

Defendemos as cooperativas populares e as empresas recuperadas, pois elas representam uma resposta auto-organizada das e dos trabalhadores diante da crise do trabalho, gerada pelos anos do neoliberalismo. Através da organização do trabalho fundada na autogestão e na solidariedade a ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA tem se firmado em nosso país, e também em outros países da América Latina, como na Venezuela, onde o Presidente Chávez criou o Ministério da Economia Solidária.

A juventude, em todos os estudos realizados, tem mostrado um intenso potencial na produção cultural e na sua organização através de novas vivências e estilos de vida. Em nosso país, é necessário um forte incentivo, através das políticas públicas que busquem qualificar e formar para o trabalho emancipado e cooperado, potencializando um conjunto de jovens, como por exemplo, o Hip Hop, que já produz seus Cd's, DVD's, festivais, roupas, meios de comunicação (fanzines, grupos teatrais, páginas eletrônicas, blogs, jornais). Nesta perspectiva, a formação de Redes e Cadeias Solidárias de Produção, se opõe a atual forma de consumo desenfreado da juventude.

Assim, a ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA é a resposta que combina a necessidade de geração de trabalho e renda, com a resignificação das próprias vivências dos jovens e seus estilos de vida. Ao propiciar a revalorização pessoal e a valorização de suas produções, realizando trabalho coletivo nas suas comunidades e grupos, a ECOPOPSOL abre perspectivas para o futuro, dando as bases materiais para que estes e estas jovens se sintam motivados a continuar, apostando na cultura, na educação e na sua própria formação.

A ECOPOPSOL é atualmente uma expressão de movimento da juventude, envolvendo inúmeros estudantes universitários através de programas de extensão e das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Estas são projetos, programas ou órgãos das universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares criadas por iniciativa de grupos de desempregados ou, que vivenciem situação de emprego/trabalho precarizado. Dessa forma, propomos:

- Inserção da ECOPOPSOL nos currículos universitários para que se estude a pedagogia, economia, gestão e emancipação desses novos empreendimentos, para que o conhecimento sirva a uma mudança nas relações econômicas, sociais e culturais, consolidando o Projeto de Universidade dos Trabalhadores.
- Incorporação da Economia Popular e Solidária como ato pedagógico no ME, através da formação das Cooperativas Estudantis, para compras coletivas, trocas solidárias e geração de renda;
- Aumento dos programas de extensão universitária, programas de pesquisa e estágios de vivência em cooperativas populares e empresas de autogestão recuperadas;
- Incentivo da UNE à formação de Redes Solidárias de Produção Cultural;

Soberania Alimentar

O século XX, em nível internacional, marca as discussões sobre a problemática social da alimentação. Essa problemática era discutida, inicialmente, apenas em situações extremas como em casos de escassez, guerras ou catástrofes. Esse debate dá origem a FAO, e com isso origina-se também o conceito de segurança alimentar.

Em 1974 a ONU organiza a conferência Mundial de Alimentos, o que ajuda a consolidar mundialmente esse conceito. É baseado neste conceito, que nesse período, se efetiva uma política ditada pela revolução verde. Em nome dessa revolução e da produtividade vimos a intensa utilização de insumos, fertilizantes e agrotóxicos. Tudo isso transforma a alimentação em mercadoria e não um direito. Essa mercantilização forçada pela indústria alimentar se intensifica com o neoliberalismo. Exemplo disso é a liberação dos transgênicos, com a justificativa de acabar a fome no mundo.

É então em meados da década de 90 que os movimentos sociais, em especial a Via Campesina, começam a reconstruir esse debate do direito a alimentação. Com esse novo debate surge assim o princípio da soberania alimentar, como uma estratégia de enfrentar as políticas neoliberais de transformação da comida em mercadorias.

A soberania alimentar é o direito dos povos de decidir sobre suas políticas agrícolas e alimentares, defender seus costumes alimentares da hegemonia capitalista, poder definir – a partir de cada povo – o que produzir, trocar e consumir livre de qualquer pressão política, militar ou econômica. Soberania é recolocar a sustentabilidade da vida humana – e não do mercado – como central na economia. A soberania alimentar é parte da soberania dos povos.

Essa soberania é cotidianamente construída a partir do conhecimento popular e assim também da produção de alimentos em harmonia com as características climáticas de cada da região, priorizando o comércio local e de acordo com a cultura camponesa.

Garantimos essa soberania quando visibilizamos o trabalho das mulheres na produção e distribuição dos alimentos e com isso possibilitar a desconstrução da divisão sexual do trabalho e com isso construir a socialização desse trabalho.

O dever de construir e proteger a soberania alimentar é um dever de todas as pessoas, organizações, movimentos sociais, universidades e governos. A universidade, em particular, deve incentivar a produção de conhecimentos e pesquisas que contribua e fortaleça a soberania.

Nossas propostas:

- Lutar incessantemente pela Soberania Alimentar como parte da soberania dos povos;
- Lutar contra o avanço dos transgênicos no Brasil;
- Fortalecer a economia solidária para fortalecer a soberania alimentar e a soberania dos povos.

Texto democratização da Comunicação

Nos últimos anos a comunicação no Brasil vem passando por profundas transformações. Em alguns aspectos é possível encontrar pontos positivos e em outros existem pontos negativos. Se colocarmos os aspectos positivos e negativos na balança, chegaremos a conclusão de que existem mais pontos negativos para o povo brasileiro e mais pontos positivos para as classes oligárquicas da mídia nacional.

A tv digital deveria ser um interativo instrumento para o fortalecimento da cultura brasileira, da produção de conteúdo audiovisual, e assim, contribuir de fato para a democratização da comunicação, mas esse sonho está longe de acontecer.

As universidades brasileiras desenvolveram um padrão nacional de tv digital, que poderia interagir com todos os outros padrões existentes, e mesmo assim, este não foi aceito. Além disso, muitas dúvidas permanecem a respeito da tv digital no Brasil e como realmente será sua implementação.

A questão das rádios comunitárias não avançou nesses últimos anos. Continua a perseguição e prisão de militantes do movimento e fechamento de rádios comunitárias. A internet é um tema que regrediu no Brasil. Recentemente o Congresso Nacional aprovou uma lei que torna criminoso os navegantes que baixarem conteúdos sem autorização do legítimo titular, ou seja, é a defesa da propriedade intelectual. Em nenhum outro país do mundo existe essa proposta. Além disso, a lei obrigará todos os provedores de acesso (telecentros, lanhouses ou quem tiver um roteador sem fio) a gravarem os logs de acesso a internet, ou seja, ficará gravado tudo o que fazemos na rede. Está aí um grande perigo para a democracia brasileira.

A inclusão digital no Brasil está sendo vista como aliada da democratização das comunicações, mas muitos limites ainda existem, como escassos investimentos em infra-estrutura de conexão banda larga e falta de capacitação da população para o uso das novas tecnologias.

O software livre avançou nos últimos anos, e somos referência internacional na área. Desenvolvemos o software público que é utilizado em inúmeros programas de inclusão digital, assim como, em vários ministérios e empresas públicas. Além disso, o software livre foi base no desenvolvimento do padrão brasileiro de tv digital, e o ginga que

poderá dar interatividade na tv digital é um software livre. Mas para tornar pública a tv digital é preciso de fóruns públicos com participação popular direta. Nesse sentido foi um retrocesso a recusa do conselho nacional de comunicação social no congresso nacional, mas é preciso retomar esse debate. Mesmo com poucos avanços na democratização da comunicação existe um possibilidade articulada pelo Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação, onde conta com dezenas de entidades, milhares de pessoas, parlamentares e também membros do executivo. Por isso, é preciso fortalecer o Movimento pró-Conferência Nacional de Educação, e por fim chegarmos a realização da Conferência Nacional de Comunicação em 2009, que deverá ser um espaço democrático de elaboração de políticas públicas na área da comunicação.

Une: Na luta pela defesa dos direitos homoafetivos!

O movimento em defesa dos direitos humanos e contra a discriminação à população LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros) é um marco de resistência heróica de pessoas que nunca calaram diante das opressões. Vivemos em uma sociedade enraizada de preconceitos, cuja cultura heteropatriarcal, sexista, racista e homo/les/transfobia nos privam da liberdade de sentimentos, da liberdade de mostrarmos publicamente quem nós somos sem ter medo de virarmos mais uma estatística de morte gerada por crime de intolerância.

Precisamos colocar na pauta do movimento estudantil e da juventude, a luta efetiva em defesa dos direitos humanos homo afetivos. Apesar dos avanços nos últimos anos em relação às políticas públicas LGBTT através do programa **Brasil sem homofobia**, que implementou os centros de referencia em combate a discriminação e a violência a comunidade LGBTT, os índices de homo/lês/trans fobia ainda são muito altos. No entanto, recentemente tivemos a realização da 1ª Conferencia Nacional LGBTT, onde foram discutidas políticas públicas específicas e aprovadas propostas que contemplam as demandas do segmento. Sendo assim, faz-se necessário que a UNE faça a defesa pública das diretrizes aprovadas na Conferência.

Nesse sentido, a universidade também tem um papel fundamental para a luta dos direitos humanos homo afetivos/as. Tivemos um significativo avanço na luta pela cidadania LGBTT, criando mecanismos de participação e protagonizando vários debates dentro e fora da universidade, fomentando a importância de pesquisas e formulações teóricas sobre as políticas públicas LGBTT e superação da homo/lês/transfobia na sociedade.

Campanhas como “Universidade Fora do Armário” encabeçada pela diretoria LGBTT da UNE, seminários, núcleos lgbtt nos DAs, CAs, DCEs, palestras, rodas de conversa, caravanas, participações nas paradas pela diversidade LGBTT, dentre outras iniciativas, são de extrema importância para dar visibilidade ao debate na universidade. Não podemos mais admitir que estudantes sejam oprimidos/as nas universidades públicas ou privadas por publicizarem sua orientação sexual e identidade de gênero.

No 12º CONEB é o momento de dialogarmos com a base estudantil sobre os anseios e perspectivas em relação à diretoria LGBTT da UNE, pautado no debate tático e relevante sobre nossas formas de atuação. Sabemos que a homo/lês/transfobia ainda

existe de forma mascarada dentro do movimento estudantil, muitas vezes deslegitimando estudantes dos espaços de atuação e deliberação por conta da sua orientação sexual e identidade de gênero. Defendemos uma universidade livre de preconceitos e opressões, onde as pessoas tenham direito de expressar sua sexualidade para a construção de um mundo libertário. Portanto apresentamos uma plataforma de reivindicações e propostas para esse CONEB:

- Defesa de um Estado laico de fato, pela aprovação imediata do PLC 122-06 que criminaliza a homo/les/transfobia;
- Incentivo a formação de diretorias LGBTT nas entidades estudantis e núcleos LGBTT nas universidades;
- Garantia de espaços LGBTT em todos os fóruns da UNE;
- Contra a educação heteronormativa;
- Atuação contra a homo/lês/transfobia em residências estudantis, nos campus das universidades e nas calouradas;
- Que a UNE organize a intervenção estudantil nas conferências LGBTT;
- Incentivo a organização de trabalhos acadêmicos nas universidades que pautem a temática da diversidade LGBTT.
- Criação de pautas comuns de atuação com outras frentes buscando superar todas as formas de opressão e preconceito;

Nossos desafios para o combate ao machismo!

A opressão das mulheres tem base material, a divisão sexual do trabalho, que hierarquiza as relações entre os gêneros e organiza aspectos sociais, vivências particulares, símbolos, representações que sustentam essa opressão. A transformação da vida das mulheres está indissociável da transformação do mundo, a consigna "mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, mudar o mundo para mudar a vida das mulheres" reflete a forma de enxergarmos os nossos desafios.

Ter a compreensão de que a opressão se sustenta na nossa linguagem, nas nossas relações pessoais, ou seja, na nossa cultura é fundamental para organizarmos nossos instrumentos de transformação. Um dos aspectos importantes é a educação que é um campo de reprodução dessas desigualdades. A socialização dos meninos e meninas em casa e na escola desenvolvendo habilidades e legitimando a construção do que é ser homem e ser mulher. A construção de um projeto pedagógico não-sexista que eduque para a igualdade e libertação é uma das principais bandeiras de luta das mulheres feministas da UNE.

Na sociedade em que vivemos, o reconhecimento da mulher está relacionado ao seu peso e proximidade do padrão de beleza. Os meios de comunicação e publicidade consolidam essa imagem da mulher "perfeita" ligada a um determinado padrão de corpo vigente. Nas universidades, isso é expresso nos cartazes de divulgação das famosas "calouradas" onde é retratado o "modelo" de mulher. Em consequência disso, cada vez se tornam mais freqüentes os transtornos alimentares, como anorexia e bulimia, entre as jovens.

"Nosso corpo nos pertence" expressa a luta das mulheres por autonomia denunciando o controle dos homens, Estado, instituições religiosas e mercado sobre o corpo e a sexualidade feminina. Esse controle se dá de diversas formas, como a imposição de um padrão de beleza e feminilidade, imposição da maternidade como destino natural e obrigatório ou estratégias do mercado, como a medicalização do corpo das mulheres, imposição do consumo como instrumento de satisfação das necessidades pessoais e de alívio das angústias e dores da existência.

Por uma Educação Não Sexista

O ensino deve servir a emancipação das consciências, deve servir à extinção de toda forma de preconceito e discriminação. Os currículos acadêmicos e métodos pedagógicos devem incorporar o debate de gênero, ou seja, da construção social do que é ser mulher e homem, como um tema transversal.

As indústrias farmacêuticas, de alimentação e cosméticos financiam e direcionam suas linhas contribuindo para manutenção do padrão de feminilidade e opressão das mulheres. Essa é mais uma frente de atuação das feministas nas universidades. A educação deve ser financiada e regulada pelo Estado para de fato ter autonomia na produção de conhecimento.

Políticas de assistência estudantil específicas para as mulheres

A evasão de mulheres é maior que a de homens no ensino superior, diferente do ensino básico. As políticas de assistência estudantil, ou seja, políticas que garantam a permanência das e dos estudantes na universidade, precisam compreender essa distinta realidade. Uma de nossas bandeiras são as creches nas universidades junto com moradia, bibliotecas, restaurantes universitários, laboratórios, transporte, segurança para garantir a permanência das estudantes com qualidade para vivenciar a vida universitária de forma plena.

Legalizar o aborto! Direito ao nosso corpo!

Ser mãe não deve ser um destino obrigatório das mulheres, deve ser uma escolha, uma possibilidade para as mulheres. Ser mãe implica mudanças no aspecto físico, emocional, no projeto de vida da mulher. Uma gravidez não pode ser uma imposição.

A criminalização do aborto não impede que as mulheres interrompam uma gravidez indesejada, apenas coloca essa experiência na clandestinidade e expõe as mulheres mais pobres a riscos para sua vida e saúde.

Se o aborto clandestino traz risco para a vida e saúde das mulheres, esse risco é maior quando a situação é de pobreza. As mulheres ricas têm acesso a clínicas particulares, mas as pobres, submetem-se a procedimentos inseguros, sozinhas ou com pessoas sem as habilidades necessárias, em ambientes que não cumprem com os mínimos requisitos médicos, ocasionando diversas complicações como infecções e

inclusive a morte. Reivindicamos o direito a vida! O aborto deve ser legal e garantido pelo Sistema Único de Saúde!

As mulheres e o movimento estudantil

Conquistas importantes para a construção das mulheres já se deram, como a aprovação de cota de 30% para mulheres na direção da entidade, porém as contradições continuam existindo e reforçam a importância da auto-organização das mulheres do movimento estudantil.

Em 2005 realizamos o I Encontro de Mulheres Estudantes da UNE (EME). Apesar de não ser um fórum deliberativo, os EMEs são um instrumento de formação e formulação da agenda feminista da UNE. Mobilizam centenas de estudantes e organizam nossas ações políticas prioritárias. No II EME encaminhamos a **Campanha Pela Legalização do Aborto** que se tornou uma das principais frentes de luta da atual gestão.

A UNE participou ativamente de debates relacionados a esse tema e denunciou, junto com o movimento de mulheres, a perseguição a que estão submetidas milhares de mulheres por todo o país. O lançamento da Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto no dia 27 de setembro foi um marco. Devemos potencializar essa articulação através do fortalecimento do blog da Frente, através de atividades unitárias no Fórum Social Mundial. Outra proposta importante que a UNE também deve protagonizar é a convocação, junto com o movimento de mulheres, de uma plenária nacional dos movimentos para debater legalização do aborto.

Por fim, a Bienal de Arte e Cultura da UNE deve ser reflexo das relações que queremos construir no Brasil, deve também evidenciar a trajetória das mulheres na formação do povo brasileiro. Realizaremos plenárias, oficinas e intervenções diretas no espaço chamando a reflexão a construção de um espaço de cultura que reflita e combata a opressão a que as mulheres estão submetidas.

Campanha: Por uma educação sem Racismo

O racismo se revela nos espaços onde há poder, como na mídia, na escola, na política, na saúde, no mercado de trabalho. Nestes segmentos, ele é construído a partir de um fenômeno de dominação cultural. Para ser racista é preciso, antes de tudo, ter poder. No Brasil é o grupo branco que domina todas as instâncias de poder seja econômico, político, cultural, intelectual, etc. Nestes segmentos, de acordo com as estatísticas, os indivíduos brancos encontram-se numa situação de vantagem. É óbvio que no Brasil os brancos não são vítimas de racismo.

Sendo assim, do ponto de vista histórico, cultural e social não há nenhuma probabilidade de que brancos no Brasil sofram de racismo. Os brancos poderão ser vítimas de preconceito, de discriminação, mas nunca de racismo. No caso do Brasil

mesmo havendo algumas exceções de negros que conseguem ter ascensão, pode se notar que extrema maioria da população que possui acesso aos itens citados é a branca. A elite teima em usar essas exceções para camuflar os problemas sofridos pela população negra.

É principalmente a partir da utilização da educação que esse processo de dominação pode acabar. Precisa-se construir mecanismos de afirmação da cultura, origem, beleza e sabedoria africana nas escolas e universidades. É necessário também que, tal como a filosofia e sociologia, a história da África deve ser estudada com matéria obrigatória nas escolas e universidades. Alguns professores já percebem a necessidade dessas matérias, mas ainda precisamos consolidar essa lei enquanto instrumento federal e fiscalizá-la.

É tempo da UNE ocupar as Universidades contra o racismo na educação brasileira.

Por uma Educação afirmativa

Há algum tempo atrás, a militância provoca os setores do governo reivindicando e lutando por reparações a partir de demandas histórias sofridas pela população negra, principalmente no que tange a educação. Hoje, uma parte da juventude negra já se beneficia da luta de alguns militantes negros e negras do país.

Contra a vontade de alguns o povo negro está ocupando as universidades do Brasil, seja pelas cotas ou pelo PROUNI. Temos que fazer um balanço crítico, mas identificando o novo momento e as vitórias que temos até aqui. Temos que pensar essas políticas como transitórias, mas emergências. Não podemos nos deixar levar pelo truque do "primeiro temos que melhorar a escola pública" porque esse argumento continuaria nos deixando de fora da universidade e quem tem fome quer comer hoje.

Para o próximo período temos que intensificar a luta pelo aumento do número de negros que ingressam nas IES. Com uma nova geração de médicos, administradores e tantas outras profissões com mais prestígios, teremos sem dúvida uma melhoria na participação dessa população historicamente excluída no país. Essa pressão pela diversidade no mercado de trabalho vai aumentar, fazendo com que haja mais produtos, consumo e investimento na diversidade.

Reserva de Vagas e cotas

O período da escravidão institucionalizada durou 350 anos produziu riqueza para o país à custa de tortura e maus tratos. Ainda consideramos mais 120 anos de uma abolição falsa, já que a escravidão ocupou outras formas para se perpetuar.

É óbvio que não se pode mais falar na existência de raças humanas do ponto de vista biológico. Raças não existem, mas o racismo sim, pois o racismo é entendido como processo de "dominação" e de hierarquização de um grupo sobre outro.

Contudo, é pertinente contrapor as análises sobre os problemas da população negra numa perspectiva somente da pobreza, porque corrobora para impedir a observação do fenômeno e das perversidades do racismo no Brasil. Segundo o IPEA, 2001 a pobreza traz muitos obstáculos, mas, garante aos "brancos pobres", três vezes mais chances de não continuar pobres quando comparado aos negros na mesma situação de pobreza.

Nós que lutamos contra o racismo estamos nos referindo aos princípios fundamentais da nossa sociedade: democracia, liberdade, igualdade e interação. Discute-se a necessidade da democratização do poder e a contraposição as formas de hierarquização das diferenças pelas relações raciais.

Na maioria das vezes, por causa da má qualidade do ensino público, a juventude negra fracassa ao prestar vestibular, e as vagas são preenchidas por estudantes da rede particular. No projeto de reserva de vagas, 50% das vagas em universidades federais e instituições públicas de educação profissional e tecnológica serão reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. Mas esse projeto possui algumas brechas perigosas.

O argumento de melhorar a educação básica e fundamental vai incluir os negros e negras uma estratégia de manutenção da ordem racista. Ora, o ensino fundamental do Brasil já foi muito melhor, formou os médicos, políticos e engenheiros que hoje administram o país, e nessa época a quantidade de negros e negras na universidade também era pequena, menor que hoje.

Bem, a elite pode, para obter as vagas reservadas, matricular os seus filhos nas escolas públicas e continuar pagando os cursinhos. Mas essa lacuna pode ser perigosa, pois a com a melhoria da qualidade do ensino, sem pensar assistência para manter os estudantes nas escolas, ela poderia ser mais uma vez de poucos. Com essas variações os filhos da população negra seriam jogados para fora da escola, afinal, é muito difícil competir com quem tem lazer, boa alimentação e não precisa ir trabalhar precocemente.

Em paralelo a política de reserva de vagas deve-se melhorar o ensino médio e fundamental. Além disso, a reserva deve vir somada a cotas raciais, a partir da especificidade da cidade/região onde a Universidade se localiza. As cotas são medidas emergenciais para reparar os problemas causados a população negra.

População negra no mercado de trabalho

Para manutenção dos poderes da elite branca brasileira foram criados mecanismos com os quais conseguiram garantir perpetuação da mão de obra barata até os dias de hoje. Organizar o sistema para que os filhos da elite tenham acesso a educação, cidadania, lazer e melhores trabalhos, em detrimento das outras camadas da população. Essa é a cruel fórmula da manutenção do capitalismo no Brasil. A escravidão nos tempos de globalização se dá através de leis trabalhistas que na prática não garantem condições de ascensão da população negra.

A população negra se insere no mercado de trabalho brasileiro de forma prejudicada em relação à população não-negra: as taxas de desemprego são maiores entre os negros, que

recebem salários mais baixos, ocupam cargos mais vulneráveis e passam mais tempo à procura de emprego.

Saúde da População negra

Para combater o racismo no SUS, a política de saúde nacional deve perceber algumas questões que podem salvar vidas. Existem indicadores de que o atendimento aos negros é diferente do atendimento aos não-negros. Por não quererem tocar, os médicos deixam de agir na prevenção de câncer de mama e de útero. As parturientes acabam recebendo até menos anestesia, sob o argumento de que as mulheres negras seguram mais a dor. No final, essas pessoas acabam morrendo de doenças controláveis como a anemia falciforme (causada por uma modificação nas células do sangue) e a hipertensão arterial, que têm alta incidência neste segmento da população negra.